

ANÁLISE DA ATUAÇÃO DO GRUPO ESPECIAL DE POLICIAMENTO EM ÁREAS DE RISCO (GEPAR) NOS AGLOMERADOS SANTA LÚCIA E MORRO DAS PEDRAS EM BELO HORIZONTE

Paulo Geovanny Thomaino Dell'Isola

Especialista em Segurança Pública pela Fundação João Pinheiro.
Major da Polícia Militar de Minas Gerais.

RESUMO: O presente artigo tem o objetivo de analisar a atuação do Grupo Especial de Policiamento em Áreas de Risco (GEPAR) em duas das favelas mais violentas da capital mineira, os Aglomerados Santa Lúcia e Morro das Pedras em Belo Horizonte. O resultado da pesquisa demonstrou que as estratégias de policiamento aplicadas pelas diferentes equipes de militares são bastante similares, quais sejam baseadas em práticas que privilegiam a repressão qualificada em detrimento da prevenção e da mobilização comunitária.

Palavras-chave: Favelas. Criminalidade violenta. Gangues. GEPAR.

ABSTRACT: This article aims to analyze the performance of the special group of policing in risk areas (GEPAR) in two of the most violent favelas in the mining capital, the agglomerates Santa Lucia and Morro das Pedras in Belo Horizonte. The results of the research showed that the policing strategies applied by the different military teams are quite similar, which is based on practices that privilege qualified repression to the detriment of prevention and mobilization Community.

Keywords: Slums. Violent crime. Gangs. GEPAR.

1 INTRODUÇÃO

O avanço da criminalidade violenta nos grandes centros urbanos do país tem sido objeto de amplas discussões nos diversos setores da nossa sociedade. Isto se deve à importância dada ao tema a partir de meados dos anos 1990, quando se começou a perceber que a violência apresentava contornos de uma endemia que se alastrou por todo o território nacional. De acordo com Silva (2010), a prática de crimes violentos nas maiores cidades brasileiras se tornou comum nas últimas décadas.

Para o autor, não restam dúvidas de que o problema atingiu toda a nossa malha urbana, seja entre as cidades, seja nas regiões intra-urbanas, embora se verifiquem algumas oscilações espaço-temporais na periodicidade desse fenômeno.

Segundo Dowdney (2003), a ascensão e a consolidação do tráfico de drogas no Brasil remetem ao início dos anos oitenta do século XX, época em que o crime organizado, ainda incipiente, passou a se solidificar nas favelas cariocas. As ações espetaculosas das facções criminosas que se estabeleceram nos morros do Rio de Janeiro passaram a chamar a atenção da sociedade como um todo, visto que o conteúdo da cobertura dos órgãos de imprensa dava grande destaque às corriqueiras escaramuças entre grupos rivais e entre estes e a polícia.

Ainda que o consumo e o comércio de drogas no Brasil não sejam fenômenos atuais, algumas transformações foram percebidas a partir daquele período com a incorporação de novos tipos de entorpecentes no mercado e a consequente expansão e disseminação de seu uso por todas as classes sociais. Outros elementos que alteraram a rotina do tráfico de drogas foram a maior articulação e o armamento mais pesado das gangues responsáveis por esta atividade ilegal, as quais se utilizam de favelas e outros ambientes socialmente segregados para instalarem suas bases de apoio logístico.

Neste sentido, a perda de vidas é a face mais perversa de um quadro que se agravou à medida que a estrutura do tráfico de drogas ganhou força em todas as regiões do país. Por outro lado, o Estado demonstrava uma atitude inercial diante de um problema de grandes proporções e que já se revelava recorrente naquele momento, demandando dos governos uma postura diferente da praticada até então, que se limitava à presença muito tímida das forças policiais por meio de operações pontuais e pouco eficazes naquelas comunidades carentes, não produzindo os efeitos desejados e causando muita insatisfação da população.

ANÁLISE DA ATUAÇÃO DO GRUPO ESPECIAL DE POLICIAMENTO EM ÁREAS DE RISCO (GEPAR) NOS AGLOMERADOS SANTA LÚCIA E MORRO DAS PEDRAS EM BELO HORIZONTE

A desordem e a violência passaram a fazer parte do cotidiano das favelas brasileiras, pois os grupos criminosos encontram inúmeras lacunas que favorecem a sua soberania nesses locais. Uma delas é o medo que instalam na população ordeira, que, refém de suas ações, é obrigada a manter certa passividade ante aos seus mandos e desmandos. Além disso, a topografia destas áreas - caracterizada por ruas e becos de acesso restrito - dificulta e restringe sobremaneira a atuação dos órgãos governamentais. Todo este cenário motivou a criação de alguns modelos de policiamento que atuam exclusivamente no interior de aglomerados urbanos. Uma das experiências pioneiras foi introduzida no ano de 2000¹ no Rio de Janeiro, despertando o interesse por parte da Polícia Militar de Minas Gerais - PMMG, que enviou uma comitiva àquela cidade e, ao retornar, decidiu fixar no Aglomerado Morro das Pedras, em Belo Horizonte, uma equipe de militares que possuía características operacionais semelhantes às daquele grupamento que a polícia implantara na capital fluminense. Nascia, assim, no ano de 2002, a Patrulha Morro das Pedras, modelo que serviria de base para a concepção do Grupo Especializado em Policiamento de Áreas de Risco (GEPAR), este idealizado para ser empregado exclusivamente em aglomerados urbanos² e destinado a resgatar a ordem pública em ambientes socialmente vulneráveis, tendo como base os princípios norteadores da filosofia de Polícia Comunitária e os preceitos de Direitos Humanos.

¹ A Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro - PMERJ criou, no ano 2000, o GPAAE (Grupo de Policiamento em Áreas Especiais), cuja missão era a prevenção criminal e, esporadicamente, a atuação repressiva nas comunidades do Pavão-Pavãozinho e Cantagalo (COUTO; SILVEIRA, 2013).

² Para os efeitos deste artigo, as terminologias vilas, comunidades, aglomerados (e conglomerados) urbanos, morros e áreas de risco referem-se a espaços urbanos cujas características sociais são similares às das favelas.

Este artigo analisa a atuação do GEPAR nos Aglomerados Santa Lúcia e Morro das Pedras³, duas das favelas mais violentas da cidade de Belo Horizonte, em Minas Gerais (ZILLI, 2011; ROCHA 2013). A pesquisa deriva do trabalho de conclusão do Curso de Especialização em Segurança Pública (CESP), realizado entre os anos de 2014 e 2015 e patrocinado pela Fundação João Pinheiro, em Belo Horizonte, em parceria com a PMMG.

A fim de caracterizar o estudo, far-se-á o seguinte questionamento: à luz dos fundamentos contidos na norma que regula o emprego do GEPAR, as estratégias utilizadas pelos grupamentos levam em consideração a dinâmica criminal dos aglomerados urbanos nos quais eles estão instalados ou obedecem a um mesmo padrão? Em outras palavras, a forma de atuação das equipes é relativizada conforme o contexto socioespacial⁴ da localidade onde elas estão inseridas ou ocorre de maneira similar, independentemente do seu ambiente operacional?

2 METODOLOGIA DA PESQUISA

O trabalho de campo foi baseado na realização de entrevistas com lideranças comunitárias dos dois aglomerados em destaque. Em seguida, foram feitos grupos focais com policiais dos grupamentos GEPAR que lá atuam.

Em cada favela foram entrevistadas seis lideranças que são uma espécie de referência para os demais moradores daquelas regiões devido ao trabalho de intensa mobilização social que realizam.

³O Aglomerado Santa Lúcia se localiza na região Centro-Sul de Belo Horizonte. Ele é composto por cinco vilas e possui uma população de aproximadamente 18 mil habitantes. O Aglomerado Morro das Pedras faz parte da região Oeste da Capital. Suas sete vilas possuem uma população de aproximadamente 22 mil pessoas (IBGE, 2010).

⁴É pertinente esclarecer que a expressão contexto socioespacial se refere a determinados grupos sociais e ao espaço que eles ocupam na sociedade, o que remete à forma como se estruturam os grupos criminosos que atuam nos ambientes de favelas (de acordo com as pretensões deste artigo).

ANÁLISE DA ATUAÇÃO DO GRUPO ESPECIAL DE POLICIAMENTO EM ÁREAS DE RISCO (GEPAR) NOS AGLOMERADOS SANTA LÚCIA E MORRO DAS PEDRAS EM BELO HORIZONTE

Todo o material produzido foi condensado e comparado com as demais informações obtidas através de pesquisa documental.

As perguntas envolveram questões afetas às dinâmicas criminais dos referidos aglomerados, bem como procuraram analisar a forma de atuação dos grupamentos GEPAR naquelas localidades, mediante a técnica da metodologia por saturação⁵. Posteriormente, foram realizados quatro grupos focais com policiais do GEPAR que atuam nas duas favelas pesquisadas. Optou-se por esta técnica porque, diferentemente da entrevista, ela permite a interação entre os participantes, que, durante a discussão, têm a liberdade de mudar de opinião e expor novos pontos de vista (DUARTE, 2007). Neste sentido, foram realizados dois grupos focais com policiais do GEPAR do Aglomerado Santa Lúcia e outros dois com policiais do GEPAR do Aglomerado Morro das Pedras. As questões colocadas em discussão tiveram por escopo avaliar como ocorreu o processo de desenvolvimento das dinâmicas criminais e, conseqüentemente, as estratégias utilizadas pelo GEPAR para lidar com as gangues que se instalaram nas favelas estudadas, e procuraram, ainda, entender a percepção que os policiais têm da sua relação com os demais moradores daquelas comunidades.

A pesquisa documental permitiu a colheita de dados referentes à incidência criminal nos Aglomerados Santa Lúcia e Morro das Pedras entre os anos de 2009 e 2014. Para tanto, fez-se um levantamento minucioso de todos os crimes violentos - e outros de interesse da pesquisa, como o tráfico de drogas, por exemplo - ocorridos naqueles aglomerados durante o referido período.

⁵Quanto à saturação, Thiry-Cherques (2009, p. 20) afirma que este “[...] é o instrumento epistemológico que determina quando as observações deixam de ser necessárias, pois nenhum novo elemento permite ampliar o número de propriedades do objeto investigado.”

As informações produzidas foram condensadas e confrontadas com as obtidas através das entrevistas e grupos focais, o que propiciou a realização de uma análise comparativa entre os contextos criminais verificados nas citadas favelas.

Apesar de a pesquisa ter sido realizada nos anos de 2014 e 2015, as impressões nela colhidas são perfeitamente válidas para o escopo do presente artigo, haja vista que este é um lapso temporal relativamente curto para os fins a que se propõe uma produção científica, o que permite afirmar, com relativa segurança, que as transformações que eventualmente possam ter ocorrido daquela época para os dias atuais não são capazes de influenciar, diretamente, nas análises feitas e nem de alterar as conclusões obtidas através do trabalho de campo.

3 DA PATRULHA MORRO DAS PEDRAS AO GRUPO ESPECIAL DE POLICIAMENTO EM ÁREAS DE RISCO: UMA MUDANÇA DE PARADIGMA

O panorama da segurança pública na cidade de Belo Horizonte no final do século XX e início do século XXI não diferia do observado no restante do país. O recrudescimento da violência nos grandes centros urbanos se evidenciava, ao passo que as políticas de segurança pública se mostravam ineficazes na contenção do avanço criminal. Neste contexto, uma pesquisa feita na capital mineira no ano de 2002 demonstrou que os casos de homicídios consumados se concentravam em seis dos seus maiores aglomerados urbanos (SILVA, 2012).

A acurada análise dos dados desta pesquisa permite concluir que Belo Horizonte apresentou um acréscimo de 67% no número de homicídios entre os anos de 1998 e 2002 (de 494 para 825 casos), ao passo que em áreas de favelas essa evolução foi de 80% no mesmo intervalo de tempo. Em termos gerais, a cidade atingiu o patamar de 3256 mortes naquele período, das quais 19,7% ocorreram exatamente nos seis aglomerados urbanos citados.

ANÁLISE DA ATUAÇÃO DO GRUPO ESPECIAL DE POLICIAMENTO EM ÁREAS DE RISCO (GEPAR) NOS AGLOMERADOS SANTA LÚCIA E MORRO DAS PEDRAS EM BELO HORIZONTE

3.1 O Programa de Controle de Homicídios

O quadro de aumento da criminalidade violenta na capital mineira exigiu do poder público a tomada de medidas mais eficazes para controlar o avanço no número de homicídios. Foi a partir desta constatação que o Programa de Controle de Homicídios surgiu no contexto da defesa social do estado de Minas Gerais. Na prática, o Programa foi implementado em Belo Horizonte no ano de 2002 após um grupo de estudos⁶, composto por diversos órgãos e instituições governamentais, propor intervenções de caráter preventivo nas áreas mais atingidas, as quais, conforme constatado pela pesquisa feita naquele mesmo ano, situavam-se em regiões socialmente vulneráveis, a exemplo das favelas (SANTOS, 2012). Suas diretrizes partiam do pressuposto de que seria necessário o desenvolvimento de ações específicas para a identificação de projetos com o objetivo de uma intervenção pontual diretamente no foco do problema.

Após uma série de reuniões, ficou estabelecido que a essência do Programa se fundamentaria em dois eixos de ação. O primeiro envolvia questões relativas às origens socioculturais e ambientais da criminalidade violenta que afetavam especificamente os jovens moradores de regiões socialmente degradadas, o qual passou a ser denominado de Proteção Social.

Já o segundo eixo, denominado de Intervenção Estratégica - cujas ações ficavam a cargo do Grupo de Intervenção Estratégica (GIE) -, dizia respeito à atuação mais direta dos órgãos de justiça e de Defesa Social, mediante a propositura de medidas específicas para assegurar o combate eficiente aos crimes violentos por

⁶De acordo com Santos (2012), o grupo era formado por técnicos do Centro de Estudos em Criminalidade e Segurança Pública (Crisp) da UFMG, representantes de diversos setores da PBH (educação, saúde, Direitos Humanos, assistência social), Ministério Público, Polícias Militar, Civil e Federal, Judiciário e instituições da sociedade civil.

intermédio do cumprimento de mandados de busca e apreensão, com a consequente retirada de circulação de infratores contumazes, por meio de intervenções cirúrgicas diretamente no cerne do problema. Para Santos (2012), a ideia de integrar esses dois eixos sem causar antagonismos exprimia uma grande transformação conceitual no âmbito da segurança pública patrocinada pelo governo de Minas Gerais.

Definidas as bases do Programa de Controle de Homicídios, que no ano de 2003 foi rebatizado de Programa Fica Vivo, faltava estabelecer um local para receber o projeto-piloto. O Aglomerado Morro das Pedras foi escolhido devido às suas características estruturais e à taxa de homicídios bastante elevada verificada naquele período, o que gerava uma grande sensação de insegurança na população local e do entorno da favela.

3.2 A inserção do Grupo Especial de Policiamento em Áreas de Risco nos aglomerados urbanos de Belo Horizonte

A fim de operacionalizar as ações do Grupo de Intervenção Estratégica (GIE)⁷, a unidade policial militar⁸ responsável pela extensão territorial que incluía o Aglomerado Morro das Pedras, inicialmente, cooptou um grupo de policiais para atuar exclusivamente no interior desta área de risco, o qual foi denominado de Patrulha Morro das Pedras.

⁷O GIE é formado por representantes dos diversos órgãos do Sistema de Defesa Social e Justiça Criminal, destacando-se entre estes a Subsecretaria de Administração Prisional (SUAPI), a Subsecretaria de Atendimento às Medidas Socioeducativas (SUASE), a direção do Programa Fica Vivo, a Polícia Militar de Minas Gerais, a Polícia Civil de Minas Gerais, o Ministério Público e o Poder Judiciário (MINAS GERAIS, 2016b).

⁸O 22º Batalhão de Polícia Militar (BPM) é a unidade responsável pelo policiamento em bairros das regiões Centro-Sul, Leste e Oeste de Belo Horizonte.

ANÁLISE DA ATUAÇÃO DO GRUPO ESPECIAL DE POLICIAMENTO EM ÁREAS DE RISCO (GEPAR) NOS AGLOMERADOS SANTA LÚCIA E MORRO DAS PEDRAS EM BELO HORIZONTE

A intenção era manter as equipes por mais tempo dentro do aglomerado, a fim de que os laços com a comunidade local fossem estreitados, porém, conforme exposto por Campolina (2004), as ações do grupamento continuaram a ser pautadas em medidas eminentemente repressivas, haja vista não ter recebido qualquer tipo de treinamento específico direcionado aos objetivos a que se propunha. Como os resultados obtidos por meio das ações de intervenção estratégica não produziram os efeitos desejados foram propostas algumas modificações no conceito de operações dos órgãos envolvidos.

No que se refere à Polícia Militar, um novo modelo de policiamento foi criado para atuar especificamente no interior de aglomerados urbanos, agora com uma roupagem diferente daquela verificada na Patrulha Morro das Pedras. Surgiu, no ano de 2003, o Grupo Especializado em Policiamento de Áreas de Risco (GEPAR), que tinha como um dos objetivos melhorar o relacionamento entre a Polícia Militar e a população das comunidades atendidas pelo projeto. Em linhas gerais, o GEPAR foi projetado como um instrumento do Estado para promover a redução dos índices de homicídios em aglomerados urbanos, com a pretensão de aplicar os princípios de policiamento fundamentados nos ditames de Direitos Humanos e na filosofia de Polícia Comunitária, através da interação mais próxima com a sociedade.

De acordo com Campolina (2004), todo o efetivo do grupamento passou por um treinamento específico e por um processo psicológico que permitiu estabelecer quais policiais possuíam os atributos adequados para aquele tipo de serviço. Sendo assim, os militares com o perfil mais tradicional não poderiam ser aceitos no grupamento, sob pena de não saberem lidar com as situações típicas de policiamento comunitário que certamente se apresentariam, as quais exigem um comportamento totalmente diferenciado por parte de policiais com o perfil operacional eminentemente repressivo.

Percebe-se, portanto, que a criação do GEPAR envolveu um planejamento muito mais criterioso, que consistiu na melhor capacitação dos policiais, diferentemente do que fora observado na Patrulha Morro das Pedras, na qual a urgência em se dispor as guarnições no terreno não permitira que se fizesse o devido processo de seleção de seu efetivo e muito menos a qualificação necessária para a sua atuação.

3.3 Considerações acerca do emprego do Grupo Especial de Policiamento em Áreas de Risco

A norma⁹ que regulou o emprego do Grupo Especial de Policiamento em Áreas de Risco (GEPAR) preconiza que os pilares que sustentam suas atividades diárias são a prevenção, a repressão qualificada e a mobilização social. Para tanto, as equipes devem realizar o patrulhamento visando à prevenção e à repressão qualificada aos crimes violentos, sobretudo através da redução dos altos índices de homicídios que assolam os espaços de vilas e favelas. Cabe, ainda, ao GEPAR, propor ações que fomentem a mobilização social por meio da maior participação popular, propiciando o envolvimento dos moradores nas questões que eles julgarem mais relevantes para a sua comunidade¹⁰.

⁹A Instrução 02/05, que regulava a criação e o emprego do GEPAR vigorou até o ano de 2016, quando foi revogada após a edição da Instrução 3.03.20/2016, que, dentre outras atualizações, alterou a sua denominação para Grupo Especial de Policiamento em Áreas de Risco (MINAS GERAIS, 2016a).

¹⁰Entende-se por prevenção as estratégias operacionais utilizadas na antecipação de crimes, com vistas à manutenção da ordem pública e da paz social. Por sua vez, a repressão qualificada é o conjunto de medidas que as instituições policiais adotam visando à repressão de crimes por meio da análise criminal e da inteligência de segurança pública. Já a mobilização social é a conjugação de esforços de diversos órgãos na busca pela resolução de um problema social que afeta determinada comunidade (MINAS GERAIS, 2016a).

ANÁLISE DA ATUAÇÃO DO GRUPO ESPECIAL DE POLICIAMENTO EM ÁREAS DE RISCO (GEPAR) NOS AGLOMERADOS SANTA LÚCIA E MORRO DAS PEDRAS EM BELO HORIZONTE

Para Cassavari (2010), a doutrina criou uma forte discrepância na atuação do Grupamento, já que, ao mesmo tempo em que os policiais devem se valer da repressão qualificada para combater os crimes violentos como o homicídio, eles também precisam desenvolver projetos sociais que permitam uma maior interação com a comunidade local. Entretanto, para Marinho (2011), a atuação do GEPAR nessas três frentes é justamente o aspecto que o diferencia dos demais modelos de policiamento, acima de tudo porque alia ações repressivas e de policiamento comunitário em regiões onde a prática de crimes violentos é corriqueira, pois intervenções eminentemente repressivas - ou a mera transposição de mecanismos comunitários para essas áreas - não teriam a eficácia desejada.

Apesar de o triângulo de princípios que norteiam as atividades do GEPAR serem considerados igualmente relevantes e complementares entre si, a citada Instrução não prevê em que proporções tais ações devem ser implementadas. Esta observação se mostra primordial para os objetivos deste artigo, já que o argumento que aqui se introduz, se ampara no fato de que os contextos socioespaciais nos quais os diversos grupamentos GEPAR estão inseridos muitas vezes possuem dinâmicas criminais de características distintas, o que demandaria uma atuação também diferenciada por parte das equipes. Ou seja, a norma em questão não estabelece em que dosagem cada um daqueles princípios deve ser operacionalizado pelas guarnições em suas práticas diárias e tampouco se essas medidas devem levar em consideração o tipo de território no qual elas estão instaladas.

4 ANÁLISE DOS RESULTADOS

A criminalidade violenta nos grandes centros urbanos do país sofreu um considerável aumento a partir da última década do século passado. Desde então, por todas as regiões do país se tem

notícias de que a violência se tornou um problema institucional, atraindo a atenção de diversos atores sociais e passando a fazer parte de uma intensa agenda de debates. Na esteira deste fenômeno, nos territórios de favelas, o recrudescimento da violência passou a ter proporções ainda mais dramáticas, pois a faceta peculiar destes tecidos sociais urbanos parece favorecer a articulação de grupos criminosos, em especial aqueles envolvidos com o tráfico de drogas, que se utilizam das especificidades de tais ambientes degradados como forma de controlar o ingresso às regiões sob seu domínio.

À luz de todo o exposto e a fim de alcançar os objetivos propostos, entende-se que as análises acerca das dinâmicas criminais no interior de aglomerados urbanos devem, obrigatoriamente, perpassar pela compreensão de como se desenvolvem as atividades relacionadas ao tráfico de drogas nesses locais. Tal diagnóstico, tendo como recorte os Aglomerados Santa Lúcia e Morro das Pedras, foi de suma importância para sabermos se os seus contextos socioespaciais são similares ou diferentes.

Além do tráfico de drogas, o estudo também considerou a prática de outros tipos de crimes nos referidos aglomerados urbanos, como, por exemplo, os homicídios e os roubos ocorridos entre os anos de 2009 e 2014, e, ainda, o montante de drogas apreendidas neste mesmo intervalo de tempo.

A avaliação de como se dá o conceito de atuação do GEPAR, sobretudo em face dos três princípios que fundamentam o seu trabalho, foi uma ferramenta crucial para se chegar à conclusão sobre o tema do artigo.

A fim de facilitar a compreensão dos resultados e garantir o anonimato das pessoas que colaboraram com a pesquisa, foram estabelecidas terminologias específicas para cada um dos participantes. Neste sentido, as lideranças comunitárias foram associadas a um número e ao aglomerado urbano onde residiam

ANÁLISE DA ATUAÇÃO DO GRUPO ESPECIAL DE POLICIAMENTO EM ÁREAS DE RISCO (GEPAR) NOS AGLOMERADOS SANTA LÚCIA E MORRO DAS PEDRAS EM BELO HORIZONTE

à época da construção do estudo, o mesmo ocorrendo em relação aos integrantes do GEPAR que compuseram os grupos focais.

Para assegurar a transparência e a fidedignidade do trabalho, a condensação das falas levou em consideração a maneira exata como os pesquisados se expressaram. Além disso, nomes de ruas, becos e localidades foram alterados com o objetivo de se evitar uma possível correlação com os entrevistados. A compilação de todos os dados redundou nos resultados que, a partir de agora, serão analisados.

4.1 Características estruturais dos grupos criminosos

À luz do que informaram os policiais militares componentes do GEPAR, as idades dos membros das gangues que estão instaladas no Aglomerado Santa Lúcia variam de 12 a 18 anos (para os participantes do “movimento”¹¹) e de 20 a 25 anos (para os líderes). O depoimento a seguir oferece um panorama sobre a configuração desses grupos criminosos.

Tem uma escadinha. O cara entra ali, fica olhando...Depois fica só no celular. Recebe um radinho, passa a comunicar... Depois recebe uma arma. O cara vai lá e comete o primeiro homicídio... Depois começa a transportar. Eles estão entrando cada vez mais jovens. Essa faixa de idade de 13, 14. Quando chega mais ou menos nos 24 ele já está no auge dele. Já tem uma moral ali dentro (Policial do Grupo Focal 2, Aglomerado Santa Lúcia).

Comparando-se as informações qualitativas advindas dos policiais com os dados informados sob a perspectiva das lideranças comunitárias, observam-se similaridades entre os discursos

¹¹O “movimento” é uma expressão frequentemente utilizada por indivíduos envolvidos com o tráfico de drogas. Seu significado remete a toda a estrutura relacionada a este comércio ilegal no interior das favelas (MOREIRA, 2000).

acerca das funções exercidas e a idade de seus componentes, embora se encontre, nos relatos dos entrevistados, uma tendência em se aumentar a idade média dos líderes das gangues, conforme exposto no próximo depoimento:

[...] O pessoal que vende que fica vigiando a polícia, vigiando o rival, tem uma idade menor; aí cai pra 17, 18. [...] Tem o comandante que tá lá no beco escondido... não aparece. O comandante tá na média de 25 a 35. Quem tá na atividade é os de 16, 17; quem tá na atividade é a maior parte. O cara que organiza coloca um grupo grande de menores de idade na atividade (Liderança 2, Aglomerado Santa Lúcia).

Os resultados apresentados revelam que as gangues que atuam no Aglomerado Santa Lúcia são compostas, em sua maioria, por indivíduos cujas idades estão abaixo dos dezoito anos. A pesquisa atesta ainda que, dependendo da função ocupada por determinado membro na estrutura do grupo criminoso, a variável idade não é a mesma. Assim, se nos cargos mais básicos das gangues há a predominância de adolescentes, as posições mais estratégicas são preenchidas por indivíduos mais experientes, conforme denotam algumas das falas aqui já expostas.

Outros depoimentos comprovam que praticamente todas as gangues operacionalizam suas atividades criminosas de acordo com uma estrutura baseada na hierarquia. Esta forma de organização, possivelmente, permite uma divisão de tarefas que facilita a consolidação do comércio ilegal de drogas.

As informações obtidas por Rocha (2013)¹² expõem que existem cerca de 10 gangues no Aglomerado Santa Lúcia, cujas idades dos membros se situam entre os 15 e 29 anos. Já para os policiais do GEPAR, há entre 8 e 12 gangues atuando naquela comunidade,

¹² O pesquisador realizou seu estudo baseado na metodologia da observação participante e também através de entrevistas não estruturadas com membros pertencentes a gangues do Aglomerado Santa Lúcia.

ANÁLISE DA ATUAÇÃO DO GRUPO ESPECIAL DE POLICIAMENTO EM ÁREAS DE RISCO (GEPAR) NOS AGLOMERADOS SANTA LÚCIA E MORRO DAS PEDRAS EM BELO HORIZONTE

ao passo que para as lideranças comunitárias o número de grupos criminosos está compreendido entre 6 e 10. Acerca das impressões sobre o Aglomerado Morro das Pedras, para os policiais do GEPAR existem entre 10 e 12 gangues atuando naquele território, cujas idades variam entre 12 e 20 anos (para os participantes do “movimento”) e entre 22 a 30 anos (para os líderes), sendo que há aproximadamente 20 a 30 integrantes em cada gangue. De acordo com a fala de um dos policiais:

Em média, vai dar no mínimo 30 por gangue. [...] Os vaporzinho é de 12 a 15 anos. Até 17. [...] Os mais novos normalmente ficam vendendo. O chefe é de 24, 25 anos. [...] É raro ver um chefe com mais de 40 anos (Policial do Grupo Focal 2, Aglomerado Morro da Pedras).

Segundo as lideranças do Aglomerado Morro das Pedras, o número de gangues que está instalado naquela localidade se situa entre 8 e 12, o número de participantes, de 40 a 60, e suas idades entre de 13 e 22 anos (para os participantes do “movimento”), e entre de 25 e 35 anos (para os líderes). De acordo com uma das lideranças:

Na comunidade, a gangue com mais participantes está em torno de 40, 60 pessoas. A idade dos meninos varia... 16, 17 anos. [...] O cabeça é na faixa de 25 anos. [...] A maioria dos líderes estão presos. Eles são mais experientes no crime (Liderança 1, Aglomerado Morro das Pedras).

Ainda quanto às gangues que atuam no Aglomerado Morro das Pedras, os resultados obtidos por Zilli (2011)¹³ se aproximam daqueles alcançados por meio dos grupos focais realizados com os militares do GEPAR, mormente à quantidade média de membros.

¹³O autor extraiu suas impressões por meio da pesquisa feita com jovens envolvidos em crimes e atos infracionais no Aglomerado Morro das Pedras. Todos os entrevistados estavam presos ou acautelados no sistema sócio-educativo.

Paulo Geovanny Thomaino Dell'Isola

Em relação ao número de grupos criminosos, os resultados deste pesquisador caminham na mesma direção dos obtidos nas entrevistas com as lideranças. Entretanto, o trabalho de Zilli (2011) não contemplou a variável idade média dos integrantes de cada gangue, a qual divergiu consideravelmente quando se confrontaram as informações colhidas entre os policiais do GEPAR e as lideranças.

Sobre a maneira como se organizam as gangues, a estrutura hierárquica é um dos instrumentos que direcionam o trabalho do GIE. Ela é uma espécie de norte que orienta as ações do grupo e permite traçar estratégias para direcionar a repressão a ser deflagrada em desfavor dos alvos considerados prioritários em cada gangue. Os comandantes de GEPAR possuem assento permanente nas reuniões quinzenais e efetivamente são os representantes da Polícia Militar no GIE. Dentre outras funções, a tarefa de montar os organogramas dos grupos criminosos fica sob sua responsabilidade, juntamente com os integrantes da Polícia Civil. Estas informações são constantemente atualizadas e debatidas durante as reuniões.

De posse desse material¹⁴, as gangues que atuam nos Aglomerados Santa Lúcia e Morro das Pedras foram ordenadas e numeradas, sendo suas estruturas hierárquicas cuidadosamente analisadas, permitindo chegar à conclusão de que, provavelmente, o grau de estruturação do tráfico de drogas no segundo aglomerado é consideravelmente maior do que no primeiro. O que leva a fazer esta inferência é, num primeiro momento, o maior número de indivíduos envolvidos com gangues no Aglomerado Morro das Pedras, fato que também foi demonstrado pelas falas das lideranças e policiais militares e, ainda, pelas pesquisas de Rocha (2013) e Zilli (2011).

¹⁴ Os organogramas utilizados pelo GIE me foram gentilmente cedidos pelos oficiais que comandam os grupamentos GEPAR dos aglomerados urbanos pesquisados.

ANÁLISE DA ATUAÇÃO DO GRUPO ESPECIAL DE POLICIAMENTO EM ÁREAS DE RISCO (GEPAR) NOS AGLOMERADOS SANTA LÚCIA E MORRO DAS PEDRAS EM BELO HORIZONTE

Outro indício de que as atividades do tráfico de drogas estão dispostas de maneira mais organizada no Aglomerado Morro das Pedras é a existência de gangues em cuja estrutura hierárquica se verifica a participação de um maior número de indivíduos no cargo de gerente, ao passo que no Aglomerado Santa Lúcia apenas uma gangue apresenta mais de um gerente em sua composição. Além disso, a quantidade de membros nesta gangue e nas demais é muito inferior à de todas as gangues do Aglomerado Morro das Pedras.

A maior presença de membros na função gerencial das gangues do Aglomerado Morro das Pedras, possivelmente, denota que o “movimento” do tráfico também seja maior, demandando um controle mais minucioso de suas atividades criminosas.

A análise dos organogramas demonstra que muitos membros que compõem as gangues praticam modalidades delituosas diversas do tráfico de drogas, embora estes crimes sejam cometidos justamente para manter toda a estrutura daquele comércio ilegal. Assim, nas hierarquias de todas as gangues do Aglomerado Morro das Pedras estão previstas as funções de homicida e assaltante, sendo que em algumas delas, inclusive, estes são os cargos mais comuns. Já no Aglomerado Santa Lúcia nenhuma das gangues apresenta a função de assaltante, e em uma delas não foi constatada a presença de homicidas. Novamente esta pode ser uma pista de que as gangues que estão instaladas no Aglomerado Morro das Pedras possuem um maior grau de organização em relação às que agem no Aglomerado Santa Lúcia. É importante ressaltar que, apesar de a pesquisa ter sido realizada no ano de 2015, verifica-se que o quadro exposto permanece praticamente inalterado, de acordo com a análise atual dos organogramas do GIE. No entanto, o aspecto que mais chamou a atenção foi a constatação de que um mesmo indivíduo comanda cinco das doze gangues que estão dispostas

no território do Aglomerado Morro das Pedras. Tal indicativo talvez seja o mais substancial no sentido de se afirmar que neste aglomerado urbano o comércio ilegal de drogas é muito mais estruturado¹⁵ do que no Aglomerado Santa Lúcia.

Se um mesmo traficante comanda praticamente a metade dos grupos criminosos que agem no Aglomerado Morro das Pedras, infere-se que grande parte deste território está sob o seu domínio, embora ele não detenha o monopólio do comércio de drogas no local.

Infelizmente os organogramas utilizados pelo GIE não contemplam funções como, por exemplo, de “olheiro”, “vapor” e segurança de “boca de fumo” (também conhecida por “soldado”)¹⁶, o que poderia nos oferecer uma noção ainda mais detalhada de como se organizam as gangues nos dois aglomerados urbanos em análise, pois a praxe do GIE é usar a terminologia “participante” para os indivíduos que ocupam tais “postos de trabalho”.

De acordo com o GIE, existem 10 gangues no Aglomerado Santa Lúcia e 12 gangues no Aglomerado Morro das Pedras, informação que vai ao encontro daquelas obtidas por meio do trabalho de Rocha (2013), porém com uma pequena divergência em relação à pesquisa de Zilli (2011). Quanto ao número médio de integrantes dessas gangues, os organogramas do GIE estão em concordância com as impressões extraídas pelos citados pesquisadores e também pelas entrevistas feitas com as lideranças comunitárias.

¹⁵Quanto a esta questão, Lessing (2008) afirma que a principal razão para que a concentração do tráfico de drogas nos morros da cidade do Rio de Janeiro atingisse o grau considerado máximo - quando comparado com outras favelas brasileiras - se resume justamente no fato de que o monopólio daquela atividade é exercido por apenas uma facção criminosa em cada comunidade. Ou seja, cada favela carioca possui um “dono”.

¹⁶Olheiro, vapor, e soldado são funções exercidas por indivíduos envolvidos com o tráfico de drogas. O olheiro é responsável por avisar os demais sobre a chegada da polícia ou de membros de grupos rivais; o vapor é o encarregado pela venda da droga; o soldado faz a segurança armada das bocas de fumo (MOREIRA, 2000).

ANÁLISE DA ATUAÇÃO DO GRUPO ESPECIAL DE POLICIAMENTO EM ÁREAS DE RISCO (GEPAR) NOS AGLOMERADOS SANTA LÚCIA E MORRO DAS PEDRAS EM BELO HORIZONTE

4.2 Dinâmicas criminais

As análises feitas até aqui são primordiais para a compreensão da forma como as gangues se organizam nos espaços geográficos de interesse do artigo. O que permitirá um diagnóstico mais preciso sobre as atividades ilegais praticadas por esses grupos criminosos é a maneira como se dão suas dinâmicas criminais, isto é, as ações que são desencadeadas para a operacionalização do “movimento” do tráfico de drogas.

Conforme já exposto, as operações deflagradas pelas gangues, geralmente, são coordenadas por pessoas mais experimentadas na criminalidade, as quais assumem a função de chefia em suas estruturas hierárquicas. Muitas vezes esses indivíduos organizam as atividades mesmo quando estão cumprindo pena em presídios ou penitenciárias, como visto. Esta situação foi tida como corriqueira:

[...] Os cabeças ainda são os mesmos e comandam tudo de dentro da cadeia. Quem manda tá preso. [...] Mesmo lá de dentro da penitenciária eles comandam todos os meninos que estão aqui no “movimento” do tráfico de drogas (Liderança 3, Aglomerado Morro das Pedras).

O comércio ilegal de drogas organizado por essas gangues é baseado na venda de, basicamente, três substâncias entorpecentes: a cocaína, a maconha e o crack. A totalidade das falas colhidas nesta pesquisa comprova que estes três tipos de drogas estão presentes na maioria das “bocas de fumo” existentes nos dois aglomerados em análise. Os depoimentos revelam que a utilização de drogas se tornou tão comum que não existe mais separação de classes sociais na clientela desse mercado ilegal e que muitos usuários vêm de outras regiões da cidade para comprá-las:

Paulo Geovanny Thomaino Dell’Isola

No passado a febre era a maconha. Depois era a cocaína. Só que aí inverteu. [...] A cocaína não comprava antes. Hoje você compra; hoje tá lá; os carros sobe e desce... Menino passa e compra... É 30 reais, é 25. [...] Maconha ficou muito barato. Você com cinco reais você compra uma bucha de maconha. [...] Antes a cocaína era 50 reais, a maconha era 15, 10. [...] Toda esquina fez uma boca (Liderança 4, Aglomerado Morro das Pedras).

Esses depoimentos demonstram que a hierarquia do comércio de drogas sofreu alterações com o passar dos anos. Se outrora a utilização de maconha era muito mais disseminada que as demais substâncias, no presente nota-se que ela perdeu espaço, sobretudo para a cocaína e para o crack. Este fenômeno na RMBH parece ter seguido o padrão observado nos morros cariocas a partir da década de 1980, quando se iniciou a era da expansão do uso da cocaína. Já o crack, em Belo Horizonte, surgiu como uma novidade na década de 1990 (SAPORI, 2012). Seus efeitos psíquicos devastadores são tidos como um dos principais causadores da extrema dependência dos usuários em relação a esta substância, o que leva algumas lideranças do tráfico a proibirem a sua comercialização pelo receio de ela chamar a atenção da polícia e também pelos olhares negativos que atrai para as “bocas”. A fala de um policial do GEPAR exemplifica o que foi exposto:

O quilo de crack pro cara comprar no mercado ele é 20 mil. E vai te dar um lucro de 300 e poucos mil. O crack dá lucro absurdo; mas o noiado é chato... E ele embaça a boca [...] Não sai de lá e fica pedindo toda hora. E o que acontece? Viatura vai passar e vai perceber que o cara tá vendendo (Policial do Grupo Focal 2, Aglomerado Morro das Pedras).

Um aspecto recorrente verificado nos depoimentos colhidos é a grande rotatividade de indivíduos que ficam responsáveis pelo “movimento” do tráfico nas “bocas de fumo”. O que se percebe nas falas é que o comércio ilegal de drogas atingiu um nível tão elevado de organização que para atender a demanda gerada com o crescimento do número de usuários muitas vezes é necessária a instalação de novas “bocas” e, por consequência, o recrutamento de mais traficantes para ocuparem estes “postos de trabalho”. Além do revezamento observado em algumas

ANÁLISE DA ATUAÇÃO DO GRUPO ESPECIAL DE POLICIAMENTO EM ÁREAS DE RISCO (GEPAR) NOS AGLOMERADOS SANTA LÚCIA E MORRO DAS PEDRAS EM BELO HORIZONTE

“bocas” dos dois aglomerados em estudo, verifica-se que nelas uma característica bem peculiar do “movimento” tem se tornado bastante frequente: a estruturação do comércio de drogas em formato empresarial. Neste modelo os traficantes se alternam em turnos de forma que o maior número possível de horários seja preenchido e o lucro com a mercancia seja cada vez maior. Esta característica é confirmada por um policial do GEPAR:

[...] Hoje a rotatividade também é muito grande. Você não consegue fazer o acompanhamento. [...] É tão bem estruturado, que você chega aqui de madrugada, você vê uma pessoa lá porque ela iniciou no tráfico agora e ela fica à noite. E depois eles vão mudando de posto. [...] Eles vão revezando (Policial do Grupo Focal 1, Aglomerado Santa Lúcia).

Uma particularidade verificada apenas no Aglomerado Morro das Pedras é o recrutamento de pessoas de outras regiões da cidade para atuarem diretamente nas “bocas de fumo”. Novamente, o sistema de rodízio fica latente no depoimento de um policial do GEPAR. Na fala do militar, destaca-se a utilização de um animal como forma de identificar quem é o responsável pela venda da droga em determinados locais:

[...] Na Serra Branca eles estão importando os menino pra fazer vapor. [...] É Nova Gameleira, é Vista Alegre, é Havaí. [...] O cara recruta pelo Facebook. [...] Cada menino ali... o horário dele é dez pinos. O menino vendeu dez pinos é outro. [...] Ele fica na pista com o cachorro na mão. Vendeu os dez pinos dele, passa o cachorro pra outro (Policial do Grupo Focal 2, Aglomerado Morro das Pedras).

Outras formas peculiares de se potencializar a quantidade de droga (no caso, a cocaína) a ser negociada e maximizar o lucro com a traficância é percebida no depoimento de um policial do GEPAR. Verifica-se que a transação comercial se torna ainda mais acessível devido à desnecessidade de o comprador sequer desembarcar de seu veículo, em um sistema similar ao que

ocorre nos boxes das grandes empresas de *fast foods*:

[...] Na Carlos Teixeira ali é drive thru. [...] Isso foi a informação que a gente conversou com o indivíduo; ele contou pra nós. Ele falou assim: ‘eu consigo trezentos pinos; depois eu vendo esses trezentos pinos’; [...] E é tudo pra ele (Policial do Grupo Focal 2, Aglomerado Morro das Pedras).

A totalidade das falas e entrevistas demonstra que certos tipos de dinâmicas utilizadas para a venda de entorpecentes foram identificados apenas no Aglomerado Morro das Pedras. Portanto, algumas circunstâncias expostas nas Seções 4.2 e 4.3 fornecem fortes indícios de que os contextos socioespaciais encontrados nos Aglomerados Santa Lúcia e Morro das Pedras são, provavelmente, muito diferentes.

4.3 Histórico de incidência criminal

As análises comparativas feitas até aqui fornecem alguns argumentos no sentido de determinar qual dos dois territórios possui a estrutura do tráfico de drogas mais organizada e, por conseguinte, oferece relevantes informações para identificar se nesta pesquisa se lida com aglomerados urbanos de contextos socioespaciais similares ou não. Como o enfoque do trabalho do GEPAR, geralmente, está direcionado às gangues que se articulam através do tráfico de drogas, uma das maneiras de se mensurar o grau de concentração dessa modalidade criminosa é exatamente por meio das apreensões de drogas feitas nos dois aglomerados em questão. Neste contexto, quando foram contabilizadas todas as apreensões de drogas ocorridas nos dois aglomerados entre os anos de 2009 e 2014¹⁷ constatou-se que os registros no Aglomerado Morro das Pedras (1179 ocorrências) foram aproximadamente 47% maiores do que no Aglomerado Santa Lúcia (801 ocorrências).

¹⁷Os dados me foram repassados pela Seção de Planejamento e Operações do Comando de Policiamento da Capital (CPC).

ANÁLISE DA ATUAÇÃO DO GRUPO ESPECIAL DE POLICIAMENTO EM ÁREAS DE RISCO (GEPAR) NOS AGLOMERADOS SANTA LÚCIA E MORRO DAS PEDRAS EM BELO HORIZONTE

Concomitantemente, foi averiguada a quantidade de drogas apreendidas nos dois aglomerados urbanos no mesmo espaço de tempo, e a análise dos dados revelou que este número foi 79% maior no Aglomerado Morro das Pedras. Portanto, tais dados evidenciam que o montante de drogas apreendidas nesta favela, percentualmente, foi ainda maior do que o número de ocorrências, o que leva a concluir que as apreensões foram muito mais substanciais do que no Aglomerado Santa Lúcia. Esta constatação só vem reforçar a visão que tanto os policiais do GEPAR quanto as lideranças do Aglomerado Santa Lúcia têm em relação à maior organização do tráfico de drogas no Aglomerado Morro das Pedras. O depoimento de um policial do GEPAR assim expõe:

Acho que o Morro das Pedras tem uma concentração maior de carregamento de drogas; maior quantidade. Eles já apreenderam 130 quilos de maconha [em uma mesma ocorrência]... Em dois anos e meio que estou aqui, foram no máximo 5 tabletes (Policial do Grupo Focal 1, Aglomerado Santa Lúcia).

Entretanto, quando a análise se voltou para a criminalidade violenta, as informações revelaram um cenário bastante diferente daquele verificado para o grau de concentração do tráfico de drogas. Ao se trabalhar com o número de crimes violentos¹⁸ ocorridos entre os anos de 2009 e 2014 nos dois aglomerados em estudo, verificou-se que a quantidade de registros no Aglomerado Santa Lúcia (454) foi 43% maior que no Aglomerado Morro das Pedras (318 registros). A soma das prisões e apreensões no Aglomerado Santa Lúcia foi 13% maior do que no Aglomerado Morro das Pedras, e que o número de armas de fogo apreendidas foi praticamente idêntico.

¹⁸A PMMG considera como crimes violentos o homicídio, o roubo, o estupro e o estupro de vulnerável (nas modalidades tentada e consumada), o sequestro ou cárcere privado, a extorsão e a extorsão mediante sequestro (estes nas categoria consumada) (MINAS GERAIS, 2019).

Obteve-se, ainda, que o porte (ou a posse) de tais apetrechos embora não seja considerado um crime violento, este certamente é um elemento importante em todo este contexto, haja vista a estreita relação existente entre ambos.

Do exposto, depreende-se que no Aglomerado Santa Lúcia a face da violência é mais evidente. Uma provável hipótese para este fenômeno é justamente a maior estruturação e organização do tráfico de drogas no Aglomerado Morro das Pedras, pois o predomínio da lógica econômica¹⁹ nas atividades relacionadas às gangues que atuam neste aglomerado serve como uma espécie de termômetro que impede que os conflitos violentos ocorram em maior escala, ao passo que a lógica societal²⁰ presente nas práticas diárias das gangues que atuam no Aglomerado Santa Lúcia faz com que ali as disputas sejam mais frequentes e acirradas. Deste modo, a maior fragmentação das atividades relacionadas ao tráfico de drogas, evidenciada pela presença de gangues, que muitas vezes não possuem sequer uma liderança consolidada, tem como resultantes o afloramento de rivalidades e a conseqüente exacerbação da violência no Aglomerado Santa Lúcia. Sendo assim, pode-se concluir (isto com certo grau de segurança) que as dinâmicas criminais e, por extensão, os contextos socioespaciais dos aglomerados urbanos pesquisados neste artigo, são bem distintos. Portanto, é razoável esperar que o trabalho do GEPAR também seja executado de maneira diferente, à luz do que se pretende introduzir neste artigo.

¹⁹O formato empresarial das atividades das gangues que atuam no Aglomerado Morro das Pedras foi observado por Zilli (2011) em seu estudo. Portanto, entendo que a expressão lógica econômica define muito bem o modo de agir de tais grupos criminosos.

²⁰A lógica societal é um termo que julguei pertinente para definir as relações existentes entre muitos dos membros de gangues do Aglomerado Santa Lúcia. Nas palavras de Rocha (2013), naquela localidade “são comuns as relações de parentesco entre membros desses núcleos, em uma composição contando com irmãos, primos, cunhados e amigos de infância, o que pode ser explicado por essa forte associação da gangue e seus integrantes com o território: todos cresceram naquele espaço e, em certa medida, se envolvem nas relações de rivalidades já existentes antes”.

ANÁLISE DA ATUAÇÃO DO GRUPO ESPECIAL DE POLICIAMENTO EM ÁREAS DE RISCO (GEPAR) NOS AGLOMERADOS SANTA LÚCIA E MORRO DAS PEDRAS EM BELO HORIZONTE

4.4 Percepção sobre o trabalho do Grupo Especial de Policiamento em Áreas de Risco

As análises feitas nesta Seção têm como objetivo verificar a percepção da atuação do GEPAR por parte das lideranças dos Aglomerados Santa Lúcia e Morro das Pedras à luz do que prevê a norma que regula o seu emprego. Em linhas gerais, o propósito da PMMG com a criação do GEPAR era conter a escalada da criminalidade violenta que assolava os espaços de vilas e favelas da RMBH no início da década passada. O medo implantado pelos marginais que atuavam nesses territórios era visto como algo a ser combatido a todo custo pelas instituições oficiais, haja vista que a polícia não se fazia presente de maneira continuada e efetiva no interior de aglomerados urbanos. As falas de duas lideranças contextualizam o panorama da segurança pública nos Aglomerados Santa Lúcia e Morro das Pedras à época do surgimento do GEPAR:

Mudou pra melhor em vários sentidos. Em termo de segurança, de proteção pra gente, teve uma época aí que você não podia trazer um caminhão pra carregar uma mercadoria pra gente. [...] Eles roubavam nos comércios... Então, depois que entrou o GEPAR, acabou. (Liderança 6, Aglomerado Santa Lúcia).

[...] Mudou muito porque o GEPAR entrou aqui... Ele não sabia quem era do bem e quem era do mal. Eu mesmo já fui abordado várias vezes. [...] Depois que eles entraram aqui, houve muita apreensão. Então, isso foi tirando a estabilidade deles [dos marginais]. (Liderança 1, Aglomerado Morro das Pedras).

Os depoimentos demonstram que o trabalho feito pelo GEPAR é considerado de extrema importância nas comunidades onde este tipo de policiamento foi inserido. Seja através das lideranças, seja por meio dos integrantes do grupamento, as opiniões denotam que a introdução do GEPAR nos Aglomerados Santa Lúcia e Morro das Pedras, trouxe profundas transformações

Paulo Geovanny Thomaino Dell’Isola

no cotidiano daquelas regiões. Se no passado o contato com os moradores era geralmente restrito à presença esporádica das guarnições durante o atendimento de ocorrências, com a incorporação do GEPAR houve uma maior aproximação entre polícia e comunidade.

Dentre as atividades executadas pelo Grupamento, a repressão qualificada foi apontada como a mais apropriada para lidar com os grupos criminosos. A repressão praticada pelo GEPAR é tida como qualificada porque os policiais estão inseridos há mais tempo no mesmo ambiente de trabalho, conhecem praticamente todos os infratores que agem em seu setor de patrulhamento e, conseqüentemente, sabem distinguir quem está ou não em conflito com a lei. O fato das equipes permanecerem fixas em uma área definida estreita laços comunitários e gera confiança na população. Uma liderança reforça a importância do GEPAR:

[...] Então, eles vão descobrir tudo de errado na comunidade; porque eles já sabem. Através do GEPAR o Governo de Minas tem o controle das favelas. Não é através da ROTAM, não é através do Tático-Móvel, tá! Pega mais através do GEPAR. Porque o GEPAR conhece todos os traficantes da antiga, e conhece todos os que estão entrando no crime agora. O GEPAR conhece todos os passos que eles dão”. (Liderança 2, Aglomerado Santa Lúcia).

No entanto, a mesma repressão qualificada que é vista como um aspecto bastante positivo do serviço do GEPAR tornou-se, com o decorrer dos anos, um entrave ao relacionamento de confiança estabelecido com a comunidade à época de sua criação. O perfil mais repressivo das guarnições resultou na perda de sua identidade original, o que fez com que o grupamento passasse a ser visto como um tipo de policiamento comum e não mais como um diferencial nas várias favelas onde ele havia solidificado as suas estratégias de emprego operacional. As falas de duas lideranças são bastante esclarecedoras neste sentido:

ANÁLISE DA ATUAÇÃO DO GRUPO ESPECIAL DE POLICIAMENTO EM ÁREAS DE RISCO (GEPAR) NOS AGLOMERADOS SANTA LÚCIA E MORRO DAS PEDRAS EM BELO HORIZONTE

[...] Com essas mudanças... no caso, o GEPAR mais repressivo, na minha maneira de ver perde força; porque tá usando a força, mas na verdade tá perdendo território, tá perdendo credibilidade (Liderança 2, Aglomerado Santa Lúcia).

[...] Você tem uma polícia que mexe com a repressão; no caso, a ROTAM. Então, GEPAR é pra quê? GEPAR é pra fazer um trabalho comunitário; e isso não tá sendo feito. Eles estão fazendo a mesma coisa da ROTAM e do Tático. [...] O GEPAR sabe os meninos que tão tudo no movimento. Sabe tudo [...] É do cotidiano deles. (Liderança 6, Aglomerado Morro das Pedras).

Esta mudança no perfil dos policiais é vista pelas lideranças como o aspecto mais negativo do serviço prestado pelo GEPAR. Assim, ao perder a essência que o acompanhou desde a sua criação - no caso, o contato mais próximo com a comunidade -, o GEPAR é tido como apenas mais um personagem dentro do contexto socioespacial em que está inserido. As falas de um policial do GEPAR e de três lideranças reforçam que as guarnições, atualmente, têm executado um serviço baseado no policiamento tradicional, ou seja, em estratégias muito mais repressivas do que preventivas:

O mais importante é o atendimento comunitário [...] Efetivamente o que mais dá resultado é o repressivo. O que o GEPAR mais faz é o serviço repressivo. [...] Na verdade, quando sai, a gente sai já pensando quem a gente vai prender hoje. (Policial do Grupo Focal 2, Aglomerado Santa Lúcia).

[...] Eles [o GEPAR] tão querendo parecer um perfil, às vezes, da ROTAM, um perfil do Tático. [...] Tem esse trabalho parecido... mas, porém, que a regra, a legislação hoje da corporação, a ROTAM tem sua regra; o Tático tem. Agora, pra nós vulnerável de vilas e favelas o GEPAR é o grupo preparado para a prevenção; para dialogar com a comunidade; pra ser parceira. Eu acho que tá faltando isso nele. (Liderança 1, Aglomerado Santa Lúcia).

[...] Eu acho que aquela origem... a característica da polícia comunitária está fugindo da comunidade. [...] Eu acho que está

Paulo Geovanny Thomaino Dell’Isola

perdendo esta identidade. [...] Eu acho que tem que dar uma reciclagem, uma capacitação... pra ter aquela origem de uma polícia mais comunitária; mais preventiva [...] Tá faltando a polícia comunitária. Posso dizer isso como um morador, como uma liderança que trabalha aqui há tantos anos (Liderança 3, Aglomerado Morro das Pedras).

[...] O GEPAR também... ultimamente tá numa rotatividade muito grande de policiais. Muitos policiais que tão entrando já entram com a visão do tráfico. Eles não entram com a visão de fazer um trabalho comunitário... chegar às pessoas... de interagir com os moradores [...] Eles estão preocupados em prender. Eles só vão com interesse de apreender droga, arma. [...] O GEPAR eu acho que devia mudar essa visão deles [...] Eles deviam passar a ter uma visão de querer se aproximar da comunidade. [...] Até mesmo para as pessoas começarem a acreditar no trabalho deles; de repente começar a ligar 181. (Liderança 5, Aglomerado Morro das Pedras).

Por outro lado, a vertente preventiva do trabalho do GEPAR advém das características de policiamento comunitário que o definiram como uma experiência inovadora quando de sua entrada nos territórios de favelas do estado de Minas Gerais. Quanto a este aspecto, Santos (2012) destacou que a filosofia de polícia comunitária traz uma abordagem mais realística para a função exercida pela polícia ao estabelecer uma mudança na forma como se enxerga a sua missão, passando a ser vista como uma agência encarregada de solucionar os problemas em parceria com a comunidade, ao invés de se preocupar pura e simplesmente com as questões afetas ao combate ao crime e à aplicação da lei. Portanto, o atributo que melhor define o tipo de policiamento realizado pelo GEPAR é seu braço preventivo-comunitário, pois, ao estreitar os laços sociais ele conquista a confiança e a credibilidade perante a comunidade.

Na visão de um policial do GEPAR, é através de um bom trabalho preventivo que as equipes obtêm informações privilegiadas acerca dos marginais que estão agindo no interior dos aglomerados urbanos:

ANÁLISE DA ATUAÇÃO DO GRUPO ESPECIAL DE POLICIAMENTO EM ÁREAS DE RISCO (GEPAR) NOS AGLOMERADOS SANTA LÚCIA E MORRO DAS PEDRAS EM BELO HORIZONTE

Essa repressão qualificada é basicamente por conta do policiamento preventivo que é feito. Porque se não tivesse o policiamento preventivo não ia ter o levantamento de informações. [...] A gente tá aqui no morro; a gente conhece o cidadão de bem; conhece quem tá à margem da lei; conhece todo mundo; quem tá vindo visitar pra comprar droga ou não.

(Policial do Grupo Focal 2, Aglomerado Morro das Pedras).

O depoimento demonstra que um aspecto que muitas vezes não é compreendido por alguns policiais do GEPAR é que não há como se fazer uma repressão qualificada sem a tomada de ações que promovam uma relação mais próxima com a população dos aglomerados em que atuam, sem que suas práticas preventivas não perpassem pela participação comunitária, pela cooperação mútua entre polícia e comunidade.

A mobilização social é um fundamento que eles consideram muito importante, mas também como o mais difícil de ser executado. O depoimento também expõe que a falta de iniciativa e o desconhecimento por parte de alguns integrantes do GEPAR sobre o que seja mobilização social, e, ainda, o desinteresse da maioria dos moradores, são fatores que impedem a participação em ações que promovam uma maior interação com a comunidade:

Dois três eixos a missão mais difícil é a mobilização social; o que talvez fosse pra ser a mais fácil, mas não é. [...] Acaba que a comunidade não é tão acessível; não quer muito contato com a polícia por vários motivos. [...] E essa missão ser paga pro GEPAR... [...] Acho que isso tinha que ser uma missão da instituição. De mudar a visão que eles têm da gente. A partir daí, a gente começar a implementar projetos sociais. (Policial do Grupo Focal 2, Aglomerado Santa Lúcia).

Em suma, o trabalho realizado pelo GEPAR divide opiniões. De um modo geral, percebe-se que os policiais têm um nível médio de conhecimento sobre a diretriz que regula a sua atividade e as lideranças comunitárias sabem elencar quais características

são necessárias para que as intervenções sejam mais efetivas e promovam uma maior interação entre o grupamento e a comunidade. As falas colhidas demonstram que não há como não reconhecer a importância do serviço executado pelo GEPAR nas regiões onde ele foi implantado, mas denotam também que este é um modelo de policiamento que necessita de um melhor direcionamento em suas ações, principalmente no que tange aos seus três eixos essenciais de atuação.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A atuação do GEPAR nos diversos aglomerados urbanos do estado de Minas Gerais se baseia em três pilares fundamentais: a prevenção, a repressão qualificada e a mobilização social. Como a doutrina que introduziu esses princípios não estipulou a dosagem que deve ser aplicada em cada um deles durante o cotidiano das equipes, nesta pesquisa utiliza-se do argumento de que é necessário que suas práticas diárias levem em consideração o contexto socioespacial no qual elas estão inseridas. Nesta perspectiva, se determinados territórios de favelas possuem ambientes criminais com características diferentes, o ideal é que as guarnições sejam empregadas de formas distintas umas das outras.

Através do estudo, verificou-se que a atuação do GEPAR nos Aglomerados Santa Lúcia e Morro das Pedras segue exatamente o mesmo padrão, qual seja, baseando-se em ações cujos aspectos repressivos sobressaem em demasia em relação aos preventivos, embora aquelas regiões possuam dinâmicas criminais um tanto quanto distintas. Em suma, este artigo analisou a atuação do GEPAR nos Aglomerados Santa Lúcia e Morro das Pedras e expôs que as equipes, quando vão a campo, atuam priorizando as estratégias reativas em detrimento daquelas voltadas à prevenção contra a eclosão do delito e do contato mais próximo com a população das áreas atendidas. Percebeu-se que esta carência quanto ao direcionamento das atividades executadas

ANÁLISE DA ATUAÇÃO DO GRUPO ESPECIAL DE POLICIAMENTO EM ÁREAS DE RISCO (GEPAR) NOS AGLOMERADOS SANTA LÚCIA E MORRO DAS PEDRAS EM BELO HORIZONTE

pelas guarnições, de fato, as induz a aplicar intervenções de cunho mais repressivo durante o seu turno de serviço, acima de tudo porque os integrantes do GEPAR há muito possuem um perfil operacional mais tradicional.

Entende-se ser de suma importância que sejam estabelecidos critérios mais objetivos que permitam definir a graduação apropriada com que cada um dos pilares fundamentais deva ser introduzido na rotina do GEPAR. Para tanto, um diagnóstico pormenorizado acerca do ambiente operacional no qual o grupamento está instalado será capaz de fornecer elementos que melhor orientem o planejamento de suas estratégias, a exemplo de, no Aglomerado Santa Lúcia, priorizar as atividades afetas aos aspectos preventivo e comunitário, haja vista a extrema fragmentação do tráfico de drogas e a lógica societal fortemente enraizadas naquela comunidade. Ao se sugerir que o GEPAR volte suas atenções para tais tipos de ações, está-se afirmando que o grupamento precisa incrementá-las a fim de retomar o processo de mobilização social com maior participação popular no Aglomerado Santa Lúcia, até mesmo para quebrar o ciclo de violência que por lá se estabeleceu nos últimos anos. Isto não significa que o GEPAR deva se desvincular de suas práticas de repressão qualificada - já que o nível de conhecimento das equipes em relação aos integrantes de grupos criminosos é um fator que as diferencia das demais guarnições que realizam o patrulhamento naquela região -, e sim que as atividades preventivo-comunitárias podem ter uma ênfase maior em relação ao que se percebeu através da pesquisa.

Noutro norte, o maior grau de concentração do comércio de drogas no Aglomerado Morro das Pedras indica que neste local a atuação do GEPAR tem ocorrido de maneira bastante apropriada. Ao agir dessa maneira, as equipes tendem a minar o processo de estruturação do tráfico e a quebrar sua cadeia

criminosa, desarticulando as ações das gangues responsáveis por esse mercado paralelo. As guarnições, em hipótese alguma, podem desconsiderar a prevenção e a mobilização social como vertentes importantes do trabalho, pois mesmo em regiões onde o tráfico de drogas apresenta uma maior organização e um aparato semelhante ao de grandes empresas, como no Aglomerado Morro das Pedras, tais fundamentos precisam estar presentes no cotidiano das equipes, sob pena de se cometer o mesmo equívoco que outrora fora observado na Patrulha Morro das Pedras. Sugere-se, assim, que as guarnições do GEPAR que atuam no Aglomerado Morro das Pedras continuem executando a repressão qualificada da maneira como se constatou na pesquisa, e que, concomitantemente, haja um incremento em suas intervenções preventivas e comunitárias, as quais terão a capacidade de minimizar os efeitos dos prováveis confrontos decorrentes da desarticulação do comércio ilegal de entorpecentes e ainda evitar o seu rearranjo por um considerável período de tempo.

REFERÊNCIAS

CAMPOLINA, Eduardo de Oliveira Chiari. **A atuação do Grupo Especializado em Policiamento de Área de Risco (Gepar) no Aglomerado Morro das Pedras: uma análise crítica.** 2004. 136 f. Monografia (Curso de Especialização em Gestão Estratégica de Segurança Pública) - Centro de Pesquisa e Pós-Graduação, Academia de Polícia Militar, Belo Horizonte, 2004.

CASSAVARI, Márcio dos Santos. **Análise da atuação dos Grupamentos Especializados em Policiamento em Áreas de Risco (GEPAR) da área do 22º Batalhão da Polícia Militar.** 2010. 198 f. Monografia (Curso de Especialização em Gestão Estratégica de Segurança Pública) - Centro de Pesquisa e Pós-Graduação, Academia de Polícia Militar, Belo Horizonte, 2010.

ANÁLISE DA ATUAÇÃO DO GRUPO ESPECIAL DE POLICIAMENTO EM ÁREAS DE RISCO (GEPAR) NOS AGLOMERADOS SANTA LÚCIA E MORRO DAS PEDRAS EM BELO HORIZONTE

COUTO, Vinícius Assis; SILVEIRA, Andréa Maria. **Percepção dos jovens acerca da atuação da Polícia Militar nos aglomerados de Belo Horizonte.** In: 8º Encontro da ANDHEP, 2014, São Paulo. Políticas Públicas e Direitos Humanos. São Paulo: 2014, p.1-24.

DOWDNEY, Luke. 2003. **Crianças do Tráfico: Um Estudo de Caso de Crianças em Violência Armada Organizada no Rio de Janeiro.** Rio de Janeiro: Sete Letras. Disponível em: http://www.coav.org.br/publique/media/livroluke_eng.pdf. Acesso em: 14.set.2014.

DUARTE, Adriana Bogliolo Sirihal. **Grupo focal online e offline como técnica de coleta de dados.** Inf. & Soc.: Est., João Pessoa, v.17, n.1, p.81-95, jan./abr. 2007.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico 2010.** Rio de Janeiro, 2010.

LESSING, Benjamin. **As facções cariocas em perspectiva comparativa.** Trad. Hélio de Mello Filho. Revista Novos Estudos, Rio de Janeiro, v. 80, p.43-62, mar. 2008.

MARINHO, Karina Rabelo Leite. **As organizações policiais e os processos de transição entre modelos. Mitos, Racionalidade e o Campo Institucional da Polícia.** 2011. 255 f. Tese (Doutorado em Sociologia e Ciências Humanas) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, UFMG, Belo Horizonte, 2011.

MINAS GERAIS. Polícia Militar. Comando-Geral. **Diretriz nº 03.01.01/2016-CG.** Diretriz Geral para Emprego Operacional da Polícia Militar de Minas Gerais. 2ª Edição revisada. Belo Horizonte, 2016a.

MINAS GERAIS. Polícia Militar. **Instrução nº 3.03.20/2016-CG**. Regula a criação e o emprego do Grupo Especial de Policiamento em Áreas de Risco - Gepar. Polícia Militar de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2016b.

MINAS GERAIS. Polícia Militar. **Memorando nº 8064.1/2019-ADO/EM**. Definição do conjunto de naturezas de ocorrências da Diretriz Integrada de Ações e Operações (Diao) que compõem os crimes violentos no âmbito da PMMG. Polícia Militar de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2019.

MOREIRA, Marcelo Rasga. **Nem soldados nem inocentes:** jovens e tráfico de drogas no município do Rio de Janeiro. 2000. 172 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Escola Nacional de Saúde Pública, Rio de Janeiro, 2000.

ROCHA, Rafael Lacerda Silveira. **A guerra nunca acaba:** uma análise das relações de rivalidade violenta entre gangues em um aglomerado de Belo Horizonte. In: XXIX Congresso Alas, 04, 2013, Santiago. Control social, legitimidad y seguridad ciudadana. Santiago: 2013, p. 1-11.

SANTOS, Simone Maria dos. **Polícia preventiva:** avaliação do processo de implementação do Grupo Especializado em Policiamento de Áreas de Risco no aglomerado Palmital em Santa Luzia - Minas Gerais. 2012. 211 f. Tese (Doutorado em Sociologia) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, UFMG, Belo Horizonte, 2012.

SAPORI, Luis Flávio. **Mercado do crack e violência urbana na cidade de Belo Horizonte**. DILEMAS: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social, vol. 5, n. 1, p. 37-66, jan./fev./mar. 2012.

ANÁLISE DA ATUAÇÃO DO GRUPO ESPECIAL DE POLICIAMENTO EM ÁREAS DE RISCO (GEPAR) NOS AGLOMERADOS SANTA LÚCIA E MORRO DAS PEDRAS EM BELO HORIZONTE

SILVA, Luiz Antônio Machado. **“Violência urbana”, segurança pública e favelas:** o caso do Rio de Janeiro atual. Caderno CRH, Salvador, v. 23, n. 59, p. 283-300, maio/ago. 2010.

SILVA, Michele Duarte. **Pertinências e peculiaridades de uma prática:** a experiência de trabalho no programa de controle de homicídios - Fica Vivo! Revista Responsabilidades, Belo Horizonte, v. 1, n. 2, p. 297-309, set. 2011/fev. 2012.

THIRY-CHERQUES, Hermano Roberto. **Saturação em pesquisa qualitativa:** estimativa empírica de dimensionamento. Af-Revista PMKT, Rio de Janeiro, v.3, n.4, p. 20-27, set. 2009.

ZILLI, Luís Felipe. **“O bonde tá formado”:** gangues, ambiente urbano e criminalidade violenta. 2011. 275 f. Tese (Doutorado em Sociologia) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, UFMG, Belo Horizonte, 2011.